

A história escrita: teoria e história da historiografia de Jurandir MALERBA (org.). São Paulo: Contexto. 2006. 238p.

Reflexões sobre o conhecimento e a escrita da história

por **Paulo Pinheiro Machado***

Do texto viemos, ao texto iremos. Sem querer simplificar o atual debate acerca das diferentes abordagens teóricas sobre a história – seja a história do acontecido ou a escrita sobre o acontecido – é difícil encontrar, em língua portuguesa, um balanço equilibrado e atualizado sobre este debate. A publicação de *A história escrita*, obra de um diversificado grupo de historiadores coordenada por Jurandir Malerba, chega para preencher este espaço importante para o debate e a reflexão historiográfica, sendo útil a profissionais, pesquisadores e estudantes. Além da atualidade dos temas e abordagens, os autores não deixam de fazer um abrangente balanço dos impasses, crises e contribuições de importantes historiadores do século XX. As trajetórias intelectuais de Benedetto Croce, Marc Bloch, Lucien Febvre, Jacques Le Goff, Arnaldo Momigliano e outros importantes historiadores, são analisadas em diferentes textos, o que dá uma interessante unidade ao conjunto do livro.¹

* Doutor em História pela UNICAMP e professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

¹ Além de Jurandir Malerba, publicam nesta obra Angelika Epple, Arno Wehling, Carlo Ginzburg, Frank Ankersmit, Hayden White, Horst Walter Blanke, Jörn Rüsen, Masayuki Sato e Massimo Mastrogregori.

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas - SP	Nº 12	189-191	2006
------------------------	---------------	-------	---------	------

Um dos pontos centrais da discussão é o balanço da contribuição do vendaval pós-estruturalista (ou pós-moderno) sobre a forma de trabalhar a história. As intervenções dos herdeiros intelectuais de Nietzsche, sem dúvida, advertiram a nova geração para as precariedades da ciência e deram sério golpe em noções como *finalidade* e *progresso* na história. A contribuição de Hayden White adverte sobre a importância das formas narrativas, dos *tropos* e da grande dose de subjetividade presente na historiografia. No entanto, essas contribuições foram muito pouco férteis ao enfrentar os problemas quotidianos dos historiadores. O debate final da obra entre White e Ginzburg, sobre uma questão-limite, da “veracidade” do holocausto dos judeus na II Guerra Mundial, acaba por levantar importantes considerações políticas e morais das concepções mais analíticas dos textos e menos inquiridoras de “indícios” e “provas” do que pode ser considerado como “realidade”.

O ponto mais inovador da coletânea é a necessidade de avaliação, comparação e crítica historiográfica. Estamos acostumados a fazer balanços historiográficos sem critérios muito precisos do que deva ser considerado. Além de considerações aleatórias do “gostar” e do “não gostar” de determinados textos, os autores nos chamam a atenção para a avaliação da excelência de nosso ofício. Deverá o historiador, como Heródoto, ser um hábil escritor para cativar seus leitores com a beleza de sua narrativa? Ou devemos, como Tucídides, despreocuparmos da beleza e atentarmos para a precisão e utilidade de nosso labor? A eleição de critérios para a avaliação e o debate historiográfico depende de escolhas teóricas dos autores. Malerba, recuperando Benedetto Croce, lembra que, tal como a crítica poética critica a “poeticidade”, na crítica historiográfica se avalia a “historicidade”, o que abre caminho para considerar a crítica historiográfica como parte integrante da pesquisa histórica. Uma boa discussão sobre termos comparativos na relação entre historiografia ocidental

e oriental encontramos no texto do professor Masayuki Sato, da Universidade de Yamanashi, no Japão. Com ele aprendemos que, além de considerações teórico-metodológicas, esse debate precisa incorporar diferenças culturais, já que a história tem especificidades como ofício em diferentes culturas, além de distintos estatutos públicos. Importante discussão neste sentido é levantada por Jörn Rüsen, da Universidade de Bielefeld – Alemanha. No entanto, seu quadro de periodização do pensamento histórico parece algo excessivamente esquemático e contraditório à proposta original. Angelika Epple, da Universidade de Hamburgo, em texto muito inteligente propõe um alargamento das fontes para considerar uma história e historiografia das mulheres, além dos limites acadêmicos, ou seja, abrir para admissão de narrativa histórica os textos literários, onde sempre houve forte presença feminina.

Enfim, temos à disposição do público uma coletânea com diferentes aspectos das teorias, das metodologias e das fontes historiográficas que procuram criar pontes de discussão e interlocução entre diferentes tradições historiográficas nacionais.